

ATA DA 446 REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE – CESAU
29.05.2017

1

1 No dia 29 de Maio de 2017 realizou-se a Reunião Extraordinária 446ª do Conselho Estadual
2 de Saúde – CESAU, das 08h30 às 17h00, no Auditório do Conselho Estadual de Saúde,
3 situado na Avenida Almirante Barroso, 600, Praia de Iracema – Fortaleza – CE. A reunião
4 contou com a presença dos Conselheiros: Henrique Jorge Javi de Sousa, Marcos Antônio
5 Gadelha Maia e Lilian Alves de Amorim Beltrão - (Representantes da Secretaria de Saúde
6 do Estado do Ceará); Ana Lúcia da Costa Mello e Silmara Cristine Brito Furtado -
7 (Representantes da Associação dos Prefeitos do Estado do Ceará – APRECE); Joel Isidoro
8 Costa - (Representante das Entidades Estaduais de Representação dos Médicos); Antonio
9 Cleyton Martins Magalhães e Pedro Alves de Araújo Filho – (Representantes das Entidades
10 dos Odontólogos); Francisca Lucia Nunes de Arruda – (Representante da Entidade dos
11 Enfermeiros); Gerlene Castelo Branco – (Representante das Entidades Estaduais de Outros
12 Profissionais de Saúde de Nível Superior); José Teles dos Santos - (Representante do
13 Sindicato de Técnicos de Segurança do Trabalho); Maria do Socorro Marques Ferreira
14 Oliveira - (Representante dos Agentes Comunitários de Saúde do Estado do Ceará);
15 Asevedo Quirino de Sousa e Francisco Antônio de Paula - (Representantes dos Agentes de
16 Endemias); Rafael Vieira Fernandes – (Representante dos Profissionais de Nível Médio do
17 Estado do Ceará – FETAMCE/SINPAOCE); Francisco de Assis Marques Pires –
18 (Representante da Federação de Entidades de Bairros e Favelas – FBFF e Central de
19 Movimentos Populares – CMP); José Wilson Teixeira – (Federação dos Trabalhadores da
20 Indústria do Ceará – FTIEC); José Cardoso Mendes - (Representante da Federação dos
21 Trabalhadores Empregados e Empregadas do Comércio e Serviços do Estado do Ceará –
22 FETRACE); Laciana Farias Lacerda - (Representante da Ordem dos Advogados do Brasil-
23 OAB – Ceará); José Célio Peixoto Silveira (Representante das Entidades dos Portadores de
24 Patologia); Raimundo José Rodrigues Monteiro - (Representante das Entidades de Pessoas
25 com Deficiência); Darcy Oliveira de Araújo – (Representante dos Órgãos de Defesa da
26 Mulher); Marlúcia Ramos de Fátima Sousa Gomes - (Representante de Conselheiros
27 Municipais de Saúde do Segmento de Usuários na Área Metropolitana de Fortaleza: Caucaia
28 e/ ou Maracanaú); Cícero Antônio dos Santos - (Representante de Conselheiros Municipais
29 de Saúde do Segmento de Usuários dos Municípios de Grande Porte da Região Sul do
30 Estado do Ceará); Maria Arnete Borges - (Representante de Conselheiros Municipais de
31 Saúde do Segmento de Usuários dos Municípios de Médio Porte do Estado do Ceará);
32 Francisco Júlio de Araújo – (Representante de Conselheiros Municipais de Saúde, do
33 Segmento de Usuários dos Municípios de Grande Porte da Região Norte do Estado do
34 Ceará). Não justificaram ausências: Representantes do Ministério da Educação e Cultura -
35 MEC; Representantes da Conselho Estadual de Secretários Municipais de Saúde –
36 COSEMS; Representantes da Secretaria das Cidades do Estado do Ceará; Representantes
37 da Secretaria Estadual de Educação – SEDUC; Representante da Federação das
38 Misericórdias e Entidades Filantrópicas do Ceará – FEMICE; Representantes das
39 Instituições Privadas de Saúde do Estado do Ceará – AHECE / SINDESECE;
40 Representantes das Centrais Sindicais (CENTRAL Única dos Trabalhadores - CUT, e Central
41 dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB; Representante da Rede de Catadores
42 e Federação das Organizações Comunitárias e Pequenos Produtores do Ceará – FECOMP;
43 Representante da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Ceará – FETRAECE;
44 Representante de Conselheiros Municipais de Saúde do Segmento de Usuários dos
45 Municípios de Grande Porte – Fortaleza; Representante de Conselheiros Municipais de
46 Saúde do Segmento de Usuários dos Municípios de Pequeno Porte; Representante da
47 Pastoral da Criança. Participaram da Reunião, os Assessores Técnicos do CESAU: Joana
48 D'Arc Taveira dos Santos, José Hibiss Farias Ribeiro, Lucivaldo Farias Maciel, Manoel
49 Rodrigues e Silva Costa, Maria Áurea Martins de Sousa Silva, Maria do Socorro Cardoso
50 Nogueira Moreira, Maria Valbenia de Almeida, Rogena Weaver Noronha Brasil, Paulo Cesar

51 de Araújo, Hariádina Salveano de Sousa. Apoio: Álvaro Mariani Neto, Manoel Geraldo Neto,
52 Ozenir Honório da Silva, Kaio Stênio Targino Silveria e Ana Cristina Tabosa.
53 PARTICIPANTES: Vanzete de Alencar Ferro, Talita de Lemos Araújo, João Washington
54 Meneses, Edna Colageno Matos, Veruska Moura Farias, Ivana M^a Araújo, Zélia Franklin de
55 Albuquerque, Raimundo Queiroz Filho, Maria Edilza de Andrade, Magda Ferreira da Silva,
56 Aline Teles, Francisco Moura Mendes, Iranir Maria Soares, Francisco Lourenço de Sousa,
57 Lilian Gondim, Danielle Mello, Maria Áurea Pinheiro de Oliveira, Carlos Eduardo de
58 Alcântara, Francisco César, Messias de Sousa. A Pauta constou dos seguintes itens: 08h30
59 às 09h00 – Acolhimento; 09h00 às 09h30 – Informes; 09h30 às 12h00 – Apreciação dos
60 Relatórios Quadrimestrais; 12h00 às 13h00 – Almoço; 13h00 às 17h00 – Relatório de
61 Gestão; 17h00 – Encerramento. **A Conselheira e Secretária Geral da Mesa Diretora do**
62 **CESAU Marlúcia Ramos de Fátima Sousa Gomes** deu início a reunião do Conselho após
63 oração do Pai Nosso. **O Conselheiro Asevedo Quirino de Sousa** disse que é preciso
64 definir a questão da EXPOCRATO para saber se o Conselho se fará presente ou não já que
65 há o interesse de alguns conselheiros e que paralelo a isto existe todo um trâmite legal para
66 a realização desta participação envolvendo casa civil e gabinete. Parabenizou o SINTSEF
67 pela solidariedade com os enfermeiros em Brasília e criticou o desmonte da saúde pública
68 para o combate as arboviroses e controles de epidemiologias nos municípios. **O**
69 **Conselheiro José Teles dos Santos** se disse triste pelo fato do SESA não disponibilizar
70 veículo para o transporte dos conselheiros no evento de Sobral no dia 26. Informou a respeito
71 da reunião intersetorial acontecida entre CIST e CTGTES onde foi tratada a questão do
72 LACEM, que hoje não tem equipamento para fazer uma simples coleta de água. Criticou
73 também o descaso com a saúde dos trabalhadores deficientes. **O Conselheiro Cícero**
74 **Antonio dos Santos** disse que os problemas no Crato continuam e justificou a ausência da
75 Conselheira Francisca Gregório. **A Conselheira Laciana Farias Lacerda** justificou a
76 ausência do conselheiro Marcos Coelho Parahyba. Informou a respeito das inscrições dos
77 conselheiros que irão participar do Congresso Brasileiro de Direito e Saúde que deveriam
78 ser feitas com antecedência para que não haja acúmulo de pessoas na hora. Solicitou
79 também a abertura da discussão das questões referentes a Conferência para que se discuta
80 alguns pontos. Reivindicou ainda a discussão da realização do lugar do evento e depois, a
81 questão das homenagens. **A Conselheira e Secretária Geral da Mesa Diretora do CESAU**
82 **Marlúcia Ramos de Fátima Sousa Gomes** agradeceu o CESAU e a SESA pela facilitação
83 do encontro do MOPS. Convidou o pleno para a realização da Conferência Municipal de
84 Saúde da Mulher em Caucaia. **O Conselheiro Francisco Júlio de Araújo** falou a respeito
85 do acontecimento do Seminário da macroregional do serviço de saúde em Sobral. Falou que
86 o CESAU foi representado por ele e pela conselheira Arnete Borges. Justificou a ausência
87 do Conselheiro João Batista, que não pode vir. **A Ex-conselheira e presidente da**
88 **ASSEMESC Maria Irany Soares** agradeceu a participação dos que compareceram no
89 auditório Valdir Arcoverde no encontro das discussões de Políticas para o Controle Social e
90 solicitou que o Pleno decida onde irá realizar a Conferência Estadual de Saúde da Mulher
91 pois faltam menos de 30 dias para este evento. **O Conselheiro Raimundo José Rodrigues**
92 **Monteiro** foi contrário a indicação de homenagear a promotora Isabel Maria Salustiano
93 Arruda Porto. Com relação ao congresso de Direito e Saúde, requisitou que fosse destinado
94 três ou quatro vagas para as pessoas com deficiência. **A Conselheira Silmara Cristine**
95 **Brito Furtado** informou a respeito do seminário dos prefeitos promovido pela APRECE e
96 comunicou que este é aberto ao público e gratuito mediante a inscrição, dias 05 e 06 de
97 Junho no Centro de Eventos. **A Conselheira Maria Arnete Borges** informou que
98 representou o CESAU na reunião da PEGASS em Quixadá e Sobral. Perguntou aos
99 conselheiros representantes da SESA, até que ponto o Estado está trabalhando para o
100 andamento da I Conferência Estadual de Saúde das Mulheres uma vez que os municípios

101 estão aderindo a realização diante disso, pediu que esta pergunta fosse levada ao secretário
102 de saúde. **O Conselheiro Pedro Alves de Araújo Filho** pediu esclarecimento da mesa com
103 relação a pauta, pois esta reunião foi específica para avaliar os Relatórios de Gestão. **A**
104 **Presidente do CESAU Ana Lúcia da Costa Melo** informou que a decisão do pleno foi de
105 sediar a I Conferência Estadual de Saúde das Mulheres na UNIPACE, no dia 28 e 29 de
106 junho, onde os encaminhamentos já estão sendo feitos. Citou que a relatoria se
107 comprometeu de estar entregando no dia 30 todo material que será impresso. Em relação a
108 pauta da Expocrato, a mesa não possui PAUTA para abrir esta discussão e propôs que esse
109 assunto fosse abordado na reunião seguinte, 12 de junho, já com dados concretos. Citou
110 ainda que se o conselheiro tiver os dados em mãos se abre para discussão. Com relação a
111 questão da sra. Tereza Malveira de estar aqui alinhando a pauta, ela sugeriu que na questão
112 de aprofundamento técnico teórico dos conselheiros fosse feito uma oficina. **O Conselheiro**
113 **Pedro Alves de Araújo Filho** citou que o intuito daquele momento era uma reunião com a
114 gestão presente para que se faça um alinhamento do formato de prestação de conta. **O**
115 **Conselheiro Antonio Cleyton Martins Magalhães** com relação a EXPOCRATO disse que
116 o pleno é quem deve ser consultado em relação a viagem. Também deu como questão de
117 ordem que os relatórios futuros sejam apresentados de maneira clara, para que os
118 conselheiros tomem conhecimento e tenham propriedade para votar. **A Presidente do**
119 **CESAU Ana Lúcia da Costa Melo** informou que aquele ponto já havia sido alinhado
120 anteriormente pelo pleno. Os relatórios anteriores, que já foram apresentados infelizmente
121 não puderam ser reapresentados sob este novo formato. **O Conselheiro e Secretário**
122 **Estadual de Saúde Henrique Jorge Javi de Sousa** disse que o que está sendo solicitado
123 é básico, além disso, há anos tem-se tentado implementar. Citou que o orçamento não é
124 elaborado da mesma maneira que o plano estadual de saúde é elaborado e trabalhado, além
125 disso, ele é feito pelas secretárias e condensado na SEPLAG e enviado para a assembleia,
126 que aprova em forma de Lei. Se disse preocupado com o trabalho desenvolvido pela câmara
127 pois ao seu entender é dentro dela que estão reunidos os conselheiros que tem mais
128 entendimento sobre o assunto abordado, pois quando a matéria chegou ao pleno este teve
129 muito mais perguntas de um procedimento que até então vinha sendo trabalhado dessa
130 maneira. Citou que é preciso ter mais confiança tanto nos membros das câmaras quanto nos
131 coordenadores para com o trabalho que estes estão fazendo nas comissões. Falou que
132 todas as áreas que tem execução inferior são áreas que tem execução administrativa. Citou
133 que no ano de 2016 todas as ações para garantir o funcionamento do sistema foram
134 privilegiadas. Ou seja, unidades de funcionamento da SESA foram sacrificadas em função
135 da garantia de funcionamento das unidades assistenciais. Falou que houve uma tentativa de
136 igualar o orçamento com o financeiro. Isso significa que o que tem de financeiro liberado é
137 o que tem de recurso liberado. Falou que o conselho tem todo o direito de buscar
138 informações junto a Assembleia e ao Ministério Público, porém, o que estava sendo discutido
139 ali era o funcionamento do amanhã. Diante disso, propôs ao pleno que fossem discutidos os
140 pontos que não ficaram esclarecidos em reuniões anteriores e lembrou que o mais
141 importante para compreender a política pública não é o percentual de execução o mais
142 importante é o resultado da execução. **O Técnico do Planejamento Washington Menezes** a
143 respeito da solicitação do CESAU, citou que após conversas para achar uma tentativa de
144 corresponder os anseios dos conselheiros disse que vê a possibilidade de aplicar esta nova
145 estrutura detalhando o plano. Falou que hoje o orçamento apresenta a execução e a agenda
146 do plano tem isso claro, é uma questão de compatibilização no aspecto contábil. Já o
147 Relatório Quadrimestral é mais qualitativo, esclareceu que ele aponta a execução. Esta
148 execução é alimentada pela SOP, INESP e a Produção do Serviço. Quanto ao Relatório de
149 Gestão, este é outro instrumento gerado a cada quatro meses produzido com base no
150 SARGSUS utilizando uma outra metodologia. Este é trabalhado com as câmaras e áreas

151 técnicas. Falou que deste relatório quatro itens devem ser destacados pois são temas que
152 precisam ser apreciados pois são pontos de partida e chegada de resultado. Citou que além
153 do que o controle Social pediu complemento da programação anual de saúde e
154 transformaram em outro documento chamado avaliação anual de saúde 2016. Disse que só
155 não foi possível trazer o documento para aquela reunião porque o sistema desconfigurou,
156 mas no dia seguinte além do relatório o CESAU também estará recebendo este documento.
157 **A Conselheira Laciara Farias Lacerda** falou que muitas vezes o CESAU sente a vontade
158 de se sentir esclarecido e diante disso, gostaria que os técnicos que viessem quando
159 chamado nas câmaras técnicas também viessem nas reuniões do pleno, e munidos de uma
160 linguagem não tão técnica para que os conselheiros não ficassem com dúvidas a respeito
161 do que se está sendo discutido. Também pediu que diante da indisponibilidade por motivo
162 de agenda destes técnicos, que os mesmos indicassem outra pessoa para estar vindo ao
163 CESAU e esclarecer os conselheiros em relação a matéria pautada pois a falta de
164 esclarecimento quando chega ao pleno do conselho chega em conjunto e é preciso debater
165 cada ponto específico mesmo estes tendo sido esmiuçados nas câmaras. **O Conselheiro**
166 **Pedro Alves de Araújo Filho** falou que a proposta daquela reunião extraordinária era
167 justamente aquela: quando um conselheiro não tem um olhar técnico para avaliar um
168 relatório de gestão é preciso de alguém que o instrua a observar o que é importante, o que
169 é preciso refletir, para que ele se sinta esclarecido e possa colaborar na execução das
170 políticas públicas. Diante disso é importante as oficinas, pois uma reunião não será suficiente
171 para esclarecer tudo. **A Conselheira Francisca Lucia Nunes de Arruda** disse que todos
172 os conselheiros devem ter conhecimento a luz da lei 141, pois quando o coordenador é
173 convidado para prestar esclarecimento ali é criada uma dinâmica dialética no sentido da
174 aprendizagem. O Conselho após esclarecido precisa devolver um produto. As vezes a
175 própria área técnica não conhece o papel do controle social na SESA. Diante disso, falou a
176 questão do alinhamento quando se solicita que o orçamento venha conforme o plano
177 constando ali a diretriz, a meta, a ação, o orçamento e o financeiro. Falou que isso é viável
178 e é possível. **A Secretária Executiva Maria Goretti Sousa Pinheiro** com relação a
179 solicitação da oficina disse que a solicitação para a Dra. Vera Coelho já foi feita, mas por
180 conta das atividades da Conferência envolvendo o CESAU e da agenda da própria técnica,
181 no momento ainda não foi possível. Citou que em breve poderá dar uma data para que se
182 marque a oficina e se esclareça a dúvida dos conselheiros. **O Conselheiro José Célio**
183 **Peixoto Silveira** como coordenador disse que apesar do sofrimento, o trabalho melhorou
184 bastante. **A Conselheira Maria Arnete Borges** disse que está saindo do conselho muito
185 orgulhosa por ter contribuído nos avanços. Criticou a ausência de certos coordenadores que
186 são convocados e muitas vezes não respondem aos chamados. Como usuária disse que
187 sente a ausência desses coordenadores. Falou que uma das políticas que ao seu ver
188 continuará engasgando na SESA será a política da pessoa com deficiência pois não houve
189 um coordenador que se dispusesse a vir ao CESAU debater sobre ela, pois não tem ação e
190 nem monitoramento para fazer essa política andar. **O Conselheiro Raimundo José**
191 **Rodrigues Monteiro** concordou com a fala da conselheira Arnete e disse que a sorte desta
192 população é a pessoa que está a frente da secretária pois dificilmente a política da pessoa
193 com deficiência andaria se dependesse do coordenador. **O Conselheiro e Secretário**
194 **Estadual de Saúde Henrique Jorge Javi de Sousa** falou a respeito do tempo de mandato
195 dos conselheiros, que é um mandato relativamente curto e não permite uma especialização.
196 Com relação a Lei 141, falou que ela não cobra responsabilidade do conselheiro, a própria
197 lei diz que a obrigação, responsabilidade e o papel está em cima de quem executa. Diz a
198 Lei: *Art. 1º Esta Lei Complementar institui, nos termos do § 3º do art. 198 da Constituição*
199 *Federal: I - o valor mínimo e normas de cálculo do montante mínimo a ser aplicado,*
200 *anualmente, pela União em ações e serviços públicos de saúde; II - percentuais mínimos do*

201 *produto da arrecadação de impostos a serem aplicados anualmente pelos Estados, pelo*
202 *Distrito Federal e pelos Municípios em ações e serviços públicos de saúde; III - critérios de*
203 *rateio dos recursos da União vinculados à saúde destinados aos Estados, ao Distrito Federal*
204 *e aos Municípios, e dos Estados destinados aos seus respectivos Municípios, visando à*
205 *progressiva redução das disparidades regionais; IV - normas de fiscalização, avaliação e*
206 *controle das despesas com saúde nas esferas federal, estadual, distrital e municipal”. Ou*
207 *seja, a Lei deixa bem claro que não é a execução de mais de 70% do serviço. A execução*
208 *financeira é importante sim, porém, mais importante que isso é se o que está citado está*
209 *alinhado a metodologia. Ao invés da estrutura orçamentária observar meta burocrática e que*
210 *o plano pudesse ser matriz para o próprio orçamento. Citou que o CESAU não está sozinho*
211 *nessa busca, mas isso não depende da SESA mas sim da organização do próprio Estado.*
212 *Falou a respeito do TAC assinado no Tocantins que impede a transferência de recursos*
213 *Federais internamente e externamente. Citou que no Ceará há a prática de descentralizar o*
214 *orçamento, com o TAC essa transferência será impossível pois de acordo com o texto*
215 *nenhum ente pode ser um mero instrumento de repasse de recurso pois o Estado que*
216 *repassa se torna parte da execução da ação independe do receptor final executar a ação ou*
217 *não. Citou isso porque muitas vezes a preocupação maior é a elaboração da prática da*
218 *política que será executada para depois ver a finalidade, e é justamente na finalidade que*
219 *se pega aquele que comete a infração. Diante disso, falou que no seu papel de conselheiro,*
220 *a lei 141 lhe dá muito tranquilidade para quais pontos devem ser priorizados. **O Conselheiro***
221 **José Teles dos Santos** *falou que está no CESAU por que gosta e sente que esse trabalho*
222 *é relevante. Falou que as convocações são necessárias pois a política precisa ser discutida*
223 *na prática. Outra pergunta foi com relação a senha do SARGSUS pois esta é negada aos*
224 *demais conselheiros que não fazem parte da mesa diretora. **O Técnico do Planejamento***
225 **Washington Menezes** *respondeu que o Ministério definiu que só terá a responsabilidade*
226 *aquele que trabalha tecnicamente com o documento, que é o plano de saúde e o Relatório*
227 *de Gestão, além do que no que compete ao controle social, somente dois conselheiros de*
228 *saúde teriam acesso para alimentar o sistema, a presidente Ana Mello e a secretária Lucia*
229 *Arruda. Diante dessa limitação de acesso de usuários, falou que o trabalho após concluído*
230 *se torna de domínio público passivo de consulta. Assim como o conselheiro, disse que*
231 *também partilha da limitação do número de acesso pois com ele trabalham outros seis*
232 *técnicos para alimentar o sistema e estes integrantes não tem acesso para realizar a*
233 *alimentação do sistema. Também disse que o relatório que está sob auditoria atualmente é*
234 *o de 2014, hoje através do NUAUD. Falou que anteriormente esta era uma tarefa do*
235 *Ministério da Saúde. **A Presidente do CESAU Ana Lúcia da Costa Melo** informou que*
236 *todos os relatórios do SARGSUS foram disponibilizados no e-mail dos conselheiros e*
237 *lembrou que estes só não tem o acesso para alimentar o sistema. **O Conselheiro e***
238 **Secretário Estadual de Saúde Henrique Jorge Javi de Sousa** *falou que execução*
239 *orçamentária nem sempre aparece de maneira clara no formato do orçamento,*
240 *principalmente quando se apresentam pactuações de serviço. Falou que antigamente o*
241 *prestador de serviço dizia o que ele queria ofertar para o SUS. Hoje em dia não se visualiza*
242 *mais o prestador. Quem assume o compromisso da prestação do serviço é o gestor pleno*
243 *da saúde do município perante a gestão do Estado e união. Hoje, o compromisso é do*
244 *município que está gerenciando o serviço. Falou que por conta do problema com os*
245 *sistemas, mudança de região, parte dos municípios ainda não entregaram suas pactuações.*
246 *Falou que na CIB do dia 09 a PEGASS deverá ser concluída. Diante disso pediu uma*
247 *tolerância por conta da PEGASS para que o conselho possa apreciar com mais clareza. O*
248 *formato hoje foi modificado, hoje os prestadores não recebem mais uma mesada, eles tem*
249 *uma meta para atingir com um número mínimo de resolutividade. Diante disso, pediu que os*
250 *conselheiros tolerassem até a publicação dessa minuta. Falou que hoje há um estímulo*

251 daquele município que resolve mais. **A Conselheira Francisca Lucia Nunes de Arruda**
252 sugeriu que quando estes dados estiverem prontos, ao invés da explanação ser realizada
253 na câmara, que está seja feita no Pleno para que todos os conselheiros possam participar e
254 esclarecerem suas eventuais dúvidas. **O Conselheiro e Secretário Estadual de Saúde**
255 **Henrique Jorge Javi de Sousa** diante da sugestão, pediu mais sessenta dias de repasse
256 para garantir o que está funcionando pelo Estado e na próxima reunião do pleno, se
257 apresentar a PEGASS e que se submeta a aprovação. Isso se o pleno concordar. **A**
258 **Presidente do CESAU Ana Lúcia da Costa Melo** com relação ao relatório quadrimestral
259 perguntou se ainda havia alguma solicitação de esclarecimento por parte do pleno. **O**
260 **Conselheiro Pedro Alves de Araújo Filho** citou que ainda haviam algumas pendências
261 solicitando esclarecimento por parte das áreas técnicas que não prestaram nenhum
262 esclarecimento até então. **A Conselheira Francisca Lucia Nunes de Arruda** com relação
263 ao relatório de gestão lembrou que um encaminhamento da câmara CTOF era trazer as
264 áreas que estavam com desempenho abaixo de 70% para prestar esclarecimento. A posição
265 do plenário foi de visualizar o relatório plenamente, não só aqueles com baixa execução.
266 Havia ficado acertado que seria desenhado um instrumento para que a SESA pudesse
267 responde e assim todos os conselheiros se sentirem contemplados. **O Conselheiro**
268 **Raimundo José Rodrigues Monteiro** pediu que fosse explanado a execução das
269 atividades envolvendo os idosos, pessoas com deficiência e LGBT's. **O Conselheiro e**
270 **Secretário Estadual de Saúde Henrique Jorge Javi de Sousa** citou que o orçamento
271 apresentado é para a área administrativa da SESA, e não para a execução assistencial.
272 Citou que todos os esforços foram penhorados para que não faltasse dinheiro na assistência
273 direta ao paciente. **A Conselheira Maria Arnete Borges** citou que o monitoramento, que é
274 da competência do Estado, não está sendo feito. Quando o conselheiro pergunta da
275 execução de certa atividade, independente da SESA não executar a política cabe a ela saber
276 onde a política está sendo executada. Porém, a SESA não informa ao CESAU a respeito
277 dessas dados. **O Conselheiro e Secretário Estadual de Saúde Henrique Jorge Javi de**
278 **Sousa** falou que indo na COPAS é possível ver quais são os elementos mais executados no
279 Estado. Garantiu que nenhum coordenador deixará de fornecer informações para o
280 conselho. **O Conselheiro Antonio Cleyton Martins Magalhães** disse o problema todo é
281 que o que está sendo dito não foi colocado no texto do relatório, que ocasional a discussão
282 e a pactuação com o técnico Washington com uma nova forma de apresentação do objeto.
283 Falou que o que deveria ser dito era onde os cortes na saúde entraram no último
284 quadrimestre e qual seu impacto. **O Conselheiro e Secretário Estadual de Saúde**
285 **Henrique Jorge Javi de Sousa** diante do que foi dito, propôs que os conselheiros
286 avaliassem o relatório do quadrimestre da regra antiga enquanto a ASPLAG acompanhará
287 e monitorará no sentido de no futuro esta pauta seja adentrada no formato que o conselho
288 achar melhor providenciando todas as estruturas para auxiliar na leitura do documento. **O**
289 **Conselheiro Antonio Cleyton Martins Magalhães** perguntou se seria possível o
290 agendamento de uma reunião envolvendo o secretário Mauro Filho, já que é o secretário
291 quem deve convidar outro secretário. Ao seu ver, aquilo significa uma ação de formação
292 permanente aos conselheiros e importante para o Sistema de Saúde do Ceará. EM REGIME
293 DE VOTAÇÃO PARECER TÉCNICO CTOF 06/2017. COM 10 VOTOS A FAVOR, 0 VOTOS
294 CONTRÁRIOS E 0 ABSTENÇÕES, RECOMENDAÇÃO APROVADA. EM REGIME DE
295 VOTAÇÃO NOTA DE APOIO PELA CAMPANHA DE VACINAÇÃO NOS MUNICIPIOS. COM
296 10 VOTOS A FAVOR, 0 VOTOS CONTRÁRIOS E 0 ABSTENÇÕES, RECOMENDAÇÃO
297 APROVADA. **O Conselheiro Antonio Cleyton Martins Magalhães** com relação a
298 vacinação, citou que o descaso governamental é um dos fatores que vem contribuindo para
299 o aumento considerável das arboviroses. Citou que este deveria até ser um ponto de pauta.
300 **O Conselheiro e Secretário Estadual de Saúde Henrique Jorge Javi de Sousa** comentou

301 que o índice vacinal não é uma preocupação exclusiva do Ceará, todo o Brasil vem sofrendo
302 com isso. Citou que este fenômeno é algo recente pois muitas pessoas furam com a data
303 das vacinações. Além disso as pessoas não estão comparecendo nas unidades básicas para
304 vacinar. Falou um grande problema é a atenção primária buscar uma janela de
305 oportunidade. Que a partir de 2018, através do QUALIFICA APSUS, será possível metrificar
306 o impacto da atenção primária. **O Conselheiro Antonio Cleyton Martins Magalhães** com
307 relação ao Relatório de Gestão citou que um grande problema é a questão da força de
308 trabalho. Lembrou que um dos compromissos foi o Concurso Público, uma demanda da
309 Conferência Estadual de Saúde como um meio para reduzir a terceirização. Falou a respeito
310 do orçamento que teve um déficit de 390 milhões, aproximadamente, e considerando a fala
311 do secretário estadual quando diz que o Estado não é o executor da política, perguntou qual
312 foi o setor que absorveu estes recursos. **O Conselheiro e Secretário Estadual de Saúde**
313 **Henrique Jorge Javi de Sousa** falou que o que foi proposto foi a tentativa da ampliação da
314 carga horária e a janela havia sido aberta para os médicos. Com relação as demais
315 categorias, falou que o pedido já foi feito para a SEPLAG e ela está com uma auditoria
316 olhando o direcionamento do pessoal para a realização de concurso. Falou que este é um
317 processo burocrático extenso mas que apesar disso, a Saúde foi uma das áreas priorizadas
318 pelo governador. Com relação a rubrica, citou que foi feita uma previsão orçamentária para
319 receber um recurso externo com o BID. Porém, devido as questões políticas este processo
320 dormita no STN. Disse que fica preocupado pois ele só acontece de fato depois da assinatura
321 e a idéia é que ele seja assinado até junho para realizar a qualificação da atenção primária
322 até a qualificação da gestão do SUS, e o investimento da construção do hospital regional do
323 Vale do Jaguaribe. **O Conselheiro Antonio Cleyton Martins Magalhães** perguntou a
324 respeito da visitação no combate as arboviroses pois a meta era 80% e apenas 56% foi
325 alcançado ao seu ver. **O Conselheiro e Secretário Estadual de Saúde Henrique Jorge**
326 **Javi de Sousa** falou que se os parâmetros de 2016 fossem avaliados nenhum município
327 conseguiria atingir a meta pois os padrões são críticos. Falou a respeito de uma parceria
328 com a ENEL onde alguns homens foram treinados para que estes alertem potenciais índices
329 para contribuir na identificação de potenciais focos criando assim uma informação da
330 presença da doença. **O Conselheiro Asevedo Quirino de Sousa** citou que um dos motivos
331 é a ausência de profissionais nos municípios. Muitos agentes de endemias estão sofrendo
332 desvio de função. Outro problema é a questão dos próprios profissionais não quererem fazer
333 o registro. As ações estão falhas. ENCERRADOS OS TRABALHOS PELA MANHÃ. PAUSA
334 PARA O ALMOÇO. RETOMADOS OS TRABALHOS NO TURNO DA TARDE. **O**
335 **Conselheiro Asevedo Quirino de Sousa** expôs a proposta da participação do CESAU na
336 EXPOCRATO uma vez que esta ação está na programação do CESAU. Disse que é preciso
337 antecipar as solicitações de material para que a Casa Civil e SEPLAG possam licitar e
338 providenciar. Diante disso sugeriu que se delibere a respeito da ida ou não ao Crato. **A**
339 **Conselheira Maria do Socorro Marques Ferreira Oliveira** com relação as arboviroses
340 disse que a culpa sempre é do ACS. Também disse que devido a alta das arboviroses, este
341 pode ser justamente o tema trabalhado na EXPOCRATO. **A Conselheira Laciara Farias**
342 **Lacerda** disse que a atividade na EXPOCRATO, ao contrário do que muitos conselheiros
343 pensam, é muito rica pois é o momento em que o CESAU lida diretamente com a população
344 realizando uma atividade de Educação Popular. Citou que existe material mostrando o
345 impacto daquele trabalho, porém, como a autorização da divulgação das imagens não foi
346 colida as entrevistas nunca foram postadas. Disse que é importante o CESAU participar
347 destes espaços para fazer valer sua função de órgão fiscalizador. **O Conselheiro Francisco**
348 **de Assis Marques Pires** salientou que era importante definir com a Comissão de
349 Comunicação se planejar para este evento. **A Conselheira Marlucia Ramos de Fátima**
350 **Sousa Gomes** falou o stand foi bem movimentado e que inclusive o governador compareceu

351 no local, uma vez que ele estava apenas visitando o stand dos empresários. **O Conselheiro**
352 **José Cardoso Mendes** falou da importância da educação popular e disse que é possível
353 realizar um bom trabalho lá e defendeu a presença do CESAU na EXPOCRATO. **O**
354 **Conselheiro Raimundo José Rodrigues Monteiro** disse que é muito importante se fazer
355 presente nesses locais pois tudo que tem visibilidade é importante. **O Conselheiro Joel**
356 **Isidoro Costa** fez a leitura de uma carta justificando sua ausência no período da manhã e
357 explicando os motivos do seu voto contrário a aprovação do Relatório de Gestão: “*Não pude*
358 *vir pela manhã e peço desculpas. Fui mais cedo ao hospital e não pude comparecer. Os*
359 *diversos problemas acumulados no final de semana tomaram todo o meu tempo. Posso até*
360 *narrar um desses problemas: tive que convencer um residente a orientar a família de um*
361 *paciente a comprar um medicamento baratíssimo, porém, o residente não entendia como*
362 *o hospital mandava alguém comprar o medicamento na farmácia. Assumo assim que*
363 *transgredi a lei do SUS mas por um bom motivo e estou pronto para responder por este ato.*
364 *Além da falta de medicamento há também a falta de transparência, não há informação*
365 *adequada do que se tem e do que está em falta. Corre que a ordem é da Central de*
366 *Abastecimento é informar que os insumos e medicamentos sempre estão chegando.*
367 *Vivemos na esperança de algo que nunca vai chegar com plenitude. Além de não receber o*
368 *medicamento prescrito o paciente fica esperando, prejudicando o seu tratamento. Peço*
369 *desculpas novamente. Como não estive presente de manhã não pude acompanhar as*
370 *explicações dos números dos relatórios e resultados. Mas já tinha verificado que em muitos*
371 *aspectos o resultado da SESA havia ficado abaixo do mínimo esperado. O que pode dizer é*
372 *que em termos assistenciais a atuação da SESA deixa muito a desejar. Falo de todos os*
373 *hospitais da rede pois tem acesso a depoimentos qualificados dos demais membros. As*
374 *queixas são as mesmas: superlotação, falta de insumos, equipamentos essenciais e*
375 *precarização do pessoal. Tem assistido o agravamento de doenças inicialmente não tão*
376 *graves. Tenho, o que é muito mais grave, assistido relato de mortes evitáveis. Não discute a*
377 *capacidade de gestão da SESA pois com métodos próprios e não por politicagem que o Dr.*
378 *Henrique subiu ao mais alto posto. Por ter participado desse processo posso garantir o que*
379 *afirmo. No entanto, hoje distingo o gestor eficientíssimo do ISGH do atual gestor da SESA.*
380 *É falta de dinheiro? É falta de prioridade do tema Saúde no governo? É a volta da*
381 *politicagem? Não sei, mas também não importa os motivos já que as consequências são as*
382 *mesmas que transpôs a precariedade da saúde da básica a complexa. Sou profissional de*
383 *saúde, médico, como tal jurei defender os interesse dos pacientes, não dos gestores de*
384 *plantão. Estou aqui não como prestador de serviço representando as necessidades médicas*
385 *mas como um cidadão insatisfeito com o serviço que tem que executar pois no íntimo sabe*
386 *que poderia ser divergente. Aprovar as contas do relatório de gestão atual da SESA na minha*
387 *opinião significa analisar tudo que faltou e vem faltando atualmente e sinalizar para o*
388 *governo que pode continuar com essa política restritiva de fazer caixa para as campanhas*
389 *eleitorais que pode os mais vulneráveis. A saúde vive de esmola do fundo da pobreza. Isso*
390 *acontece em muitos estados da federação com situação fiscal reconhecida e com caixa para*
391 *investimentos. Dito isso, a situação atual da saúde é ou não é uma opção de governo? Em*
392 *vista disso, como cidadão, profissional de saúde, cristão, livre das amarras políticas e em*
393 *última análise, usuário do SUS, afirmo que independente das explicações que aqui foram*
394 *dadas e que possam ser prestadas, meu voto em relação ao Relatório Anual de Gestão é*
395 *não. Não tento influenciar a decisão de ninguém, até porque o voto é uma faculdade de foro*
396 *íntimo a qual cada um vota de acordo com sua consciência. Mas não posso abonar uma*
397 *política de governo que maltrata as pessoas a quem deveria proteger e não posso sinalizar*
398 *para frente que a gestão continue confortável para continuar com o massacre”.* EM REGIME
399 DE VOTAÇÃO PACTUAÇÃO DO CESAU PARA PARTICIPAÇÃO NA EXPOCRATO. COM
400 12 VOTOS FAVORÁVEIS, 0 VOTOS CONTRÁRIOS E 1 ABSTENÇÃO, APROVADO. **O**

401 **Conselheiro Antonio Cleyton Martins Magalhães** falou a respeito do depoimento do
402 conselheiro Joel Isidoro. Falou que não se pode desconsiderar no RAG a vida cotidiana
403 exposta no relato. Falou que o relatório de 2016 não dá conta de analisar a realidade. Citou
404 que embora as tabelas orçamentárias se refiram a análise administrativa e que este não
405 deveria ser o principal foco dos conselheiros, perguntou ao pleno: para que a presença de
406 tabelas no documento? Falou que provavelmente para não se ater as questões relevantes.
407 Uma das coisas que lhe chamou muita atenção foi a redução da ordem orçamentária. Falou
408 das metas e dados que não são condizentes com a realidade. **A Conselheira Laciana Farias**
409 **Lacerda** disse que muitas vezes a aquisição de fármacos não é feita por conta da união
410 entre distribuidoras de medicamentos, fazendo um verdadeiro Cartel. Disse que é preciso
411 levar para a Conferência Nacional de Saúde essa discussão para que se consiga fazer a
412 quebra das patentes. **O Conselheiro Raimundo José Rodrigues Monteiro** antecipou seu
413 voto seguindo o mesmo posicionamento do conselheiro Joel Isidoro da Costa. **A**
414 **Conselheira Maria Arnete Borges** disse que o Estado tem a responsabilidade de monitorar
415 e tem a obrigação de terem todas as informações pois eles alimentam as informações para
416 receberem os recursos. Criticou que o QUALIFICASUS não tem relatório e nem
417 monitoramento e que não há nenhum resultado até o presente momento. Citou que a
418 conjuntura é imoral e ilegal. O Gestor maior precisa saber tudo, cobrar e monitorar. As
419 pessoas querem fazer de conta que realizam mas a realidade vem sempre à tona para
420 denunciar os descasos. **O Conselheiro José Teles dos Santos** falou que seria interessante
421 que CANOAS, CTOF e CTGTES formassem uma comissão para visitar o HGF e ver o que
422 está acontecendo na prática e conversar com a população e prestadores de serviço. **O**
423 **Conselheiro Asevedo Quirino de Sousa** disse que as leis precisam ser revistas para que
424 a população que necessita do serviço não fique a mercê do cartel que existe para que se
425 encontre mecanismos para que todos não sejam vítimas da ausência de medicamentos. **A**
426 **Conselheira Francisca Lucia Nunes de Arruda** falou que o assunto que não está exposto
427 na temática fica complicado do conselho apreciar pois ele não sabe a dinâmica utilizada.
428 Que alguns indicadores refletem a atenção a saúde e que estes precisam de uma análise
429 técnica-política. Falou que a mesma realidade exposta na carta do conselheiro Joel ela
430 também está vivenciando. Não vê condições para estar aprovando o material que está sendo
431 apresentado. Com relação as auditorias perguntou se há algo escrito pois não está
432 visualizando. Disse que a política de Gestão do Trabalho não atende e nem responde as
433 solicitações do CESAU. Falou que não há um trabalho direcionado à necessidade da força
434 de trabalho dentre outros problemas. **A Técnica Aline Teles de Andrade da Saúde Mental**
435 **do Núcleo de Saúde Mental NUSAM/SESA** disse que o indicador da Saúde Mental aponta
436 para a interiorização dos CAPS. Ele não retrata o município de Fortaleza. Além disso,
437 esclareceu que o CAPS é diferente da Rede, e que para os índices da rede subirem é
438 necessário que outras ações sejam realizadas. Disse também que o CAPS sozinho não é
439 suficiente para resolver todos os problemas, faltam outros pontos da rede serem
440 implementados. Pontos estes já pactuados na CIB, porém, por conta do cenário político eles
441 estão com medo de bancar a implementação do serviço e não ter a contrapartida do
442 Ministério. **A Conselheira Francisca Lucia Nunes de Arruda** a respeito do mapeamento
443 dos recursos disse que as unidades que estão fechadas mas que estavam com previsão de
444 recebimento e que estes recursos deveriam se transformar em leitos hospitalares para
445 pacientes psiquiátricos. Lembrou que no dia seguinte haveria uma Audiência Pública na
446 Assembleia. **A Conselheira Laciana Farias Lacerda** disse que o relatório, ainda que as
447 metas pactuadas não tenham sido atingidas, é um documento honesto. Disse que fechar os
448 olhos para um relatório como aquele é fechar os olhos para a imparcialidade desenvolvida
449 pelo técnico da ASPLAG Washington Meneses para com a Rede SESA. Falou que no texto
450 a SESA reconhece suas fragilidades. Disse que se houvesse má fé era possível sim ser

451 apresentado ali um relatório perfeitamente construído mas que não fosse condizente com a
452 realidade. Mascarando a realidade esta de um Estado que há 10 anos não tem um reajuste
453 na sua per capita. Falou da postura da União, que exige mais ações repassando uma
454 quantidade cada vez menor de recursos. Esta é a realidade dos fatos com a qual aquele
455 relatório foi construído. Adiantou seu voto favorável, com ressalvas de que no próximo
456 relatório os pontos que não foram alcançados as metas sejam os primeiros a serem
457 avaliados. Disse que o CESAU tem experiência com relatórios que no papel falam uma coisa
458 mas que na prática se mostram completamente diferentes. **O Conselheiro Joel Isidoro da**
459 **Costa** falou que desde 2015 problemas vem acontecendo no Estado. Houve-se uma
460 mudança na forma da compra de medicamento e insumos. Inicialmente foi algo muito bom
461 mas depois começou a haver falhas. Citou que o abastecimento passou a ser sistemático, e
462 não pontual. Citou que passou 28 dias com um paciente na UTI aguardando uma medicação.
463 Tratava-se de um paciente jovem, que tinha prognóstico e que por conta do atraso na
464 medicação teve seu quadro agravado. Falou que desde setembro o CRM está
465 acompanhando o HGF mensalmente. Falou que houve um reunião envolvendo promotoria,
466 CREMEC, CIMEC e AMC. Falou que o desabastecimento não é só uma questão de
467 exploração da indústria. A qualidade do relatório do planejamento não está em questão, a
468 questão não é a saúde fazer apenas 35% do que tinha programado. A verdadeira questão é
469 situação assistência lá na ponta. Disse que nunca tinha passado por momentos tão difíceis
470 quanto aqueles. A crise na saúde é uma opção do governo pois não compreende como um
471 Estado que possui equilíbrio fiscal, o que lhe possibilita investir dinheiro quando e onde
472 quiser, permite uma situação dessa em seu sistema de saúde. **O Conselheiro Raimundo**
473 **José Rodrigues Monteiro** perguntou como uma Central de Medicamento que já chegou a
474 ser modelo mundial chegou nessa situação. Perguntou da questão do monitoramento dos
475 CAPS, como estes ficarão sem a assistência. **O Técnico do Planejamento Washington**
476 **Menezes** disse que os números retratam acima de tudo uma mudança de situação
477 epidemiológica no Estado. Falou que é preciso compreender que o relatório de gestão é de
478 um ente que avalia uma gestão que foi definida entre uma pactuação intergestor tripartite.
479 Até 2012 não havia um modelo único de ferramenta para elaborar relatório, só após o a lei
480 de criação do SARGSUS há uma pactuação entre Estado, município e união. Citou que as
481 auditorias também são apresentadas no relatório. Sugeriu que mesmo que os conselheiros
482 não se sintam contemplados com o relatório eles podem demandar além do que é
483 apresentado. **O Conselheiro Marcos Antonio Gadelha** disse que é preciso mudar o modelo
484 de gestão de estrutura para gestão de sistema. Falou que o Sistema de Saúde é
485 subfinanciado e que por conta dá má utilização do recurso publico, hoje, o setor terciário
486 está pagando a conta. Citou que o maior problema do HGF é a rede que não funciona. **O**
487 **Conselheiro Pedro Alves de Araújo Filho** falou que durante a primeira reunião das
488 câmaras técnicas para discutir o relatório de gestão que o intuito era ouvir as áreas técnicas
489 para dialogar a respeito das pendências do relatório de gestão e os relatórios quadrimestrais.
490 Estas eram questões que foram pontuadas e disse não abrir mão de uma reunião para
491 esclarecer estes pontos para avaliar a política de saúde. Falou da questão do monitoramento
492 e de que não se pode esperar o período de um ano para saber a situação de uma
493 determinada área para a justificativa ser a falta de recurso financeiro para a execução da
494 ação. Daí a importância da dotação orçamentária para de fato saber de onde será cobrado
495 a justificativa final. **O Conselheiro Francisco Júlio de Araújo** em função do horário disse
496 que teria que se ausentar pois de acordo com a pauta a reunião já deveria ter se encerrado
497 mas por conta de discussões repetitivas está se estendendo. Diante disso, propôs que a
498 mesa agendasse uma nova reunião para debater aquele assunto. **A Conselheira Maria**
499 **Arnete Borges** disse que o Estado não tem a obrigação de realizar a política, de
500 responsabilidade do município. Porém, cabe ao Estado saber a situação do município e se

501 este tem ou não condições de atender aquela população. **O Conselheiro José Cardoso**
502 **Mendes** cobrou a questão da votação. Ou se coloca agora ou se passa para a próxima
503 reunião. **O Conselheiro José Teles e o Conselheiro Raimundo José Rodrigues Monteiro**
504 chamaram a atenção para o esvaziamento do pleno e questionaram se haveria quórum para
505 a realização da votação. **A Presidente do CESAU Ana Lúcia da Costa Melo** disse que se
506 ainda houver algum conselheiro que não se sentiu esclarecido e não se sente apto a votar,
507 este conselheiro tem todo o direito de pedir vista para que na próxima reunião se vote. Do
508 contrário, a votação seguirá seu curso até porque não se conta quórum para realização da
509 votação mas sim para a abertura da reunião. **A Conselheira Laciara Farias Lacerda**
510 lembrou a fala do Washington de que se aprove com o relatório com a ressalva das metas
511 que não tiveram o objetivo final alcançado. Diante disso, pensa que não se há mais dúvida
512 e pediu que a proposta fosse considerada levando em consideração as metas alcançadas
513 que estão dando certo e não podem ser prejudicadas com uma interrupção. **O Conselheiro**
514 **Joel Isidoro da Costa** perguntou se adiar a votação para a próxima reunião trará algum
515 problema. **O Técnico do Planejamento Washington Menezes** disse que o relatório se
516 encontra em apreciação do conselho. A SESA seguiu a orientação estabelecida em lei e
517 disponibilizou o documento. Como encaminhamento pediu que se esse relatório ficar
518 pendente de votação gostaria que a demanda fosse totalmente pontuada, dando chance a
519 todos os conselheiros exporem suas dúvidas e solicitações pois se não houver uma
520 organização esta reunião não terá fim. **O Conselheiro Joel Isidoro da Costa** diante do que
521 foi apresentado, e do quórum enfraquecido, disse que uma votação enfraqueceria a gestão.
522 Sugeriu que a votação fosse colocada para a próxima reunião como primeiro item de pauta
523 logo após a abertura da reunião, sem margens para rediscussões. HOUVE PEDIDO DE
524 VISTA DO CONSELHEIRO **CICERO ANTONIO DOS SANTOS** PARA MAIS
525 ESCLARECIMENTOS E A VOTAÇÃO FOI SUSPENÇA. Nada mais havendo a tratar deu-
526 se por encerrada a reunião a qual FOI GRAVADA e após submetida à Secretária Executiva
527 para leitura, análises, correções e à Plenária para aprovação ficará disponível nos arquivos
528 do Conselho Estadual de Saúde do Ceará – CESAU, para fins de provas, pesquisas e como
529 documento. Fortaleza, 29 de Maio de 2017.

530 Maria Goretti Sousa Pinheiro (Secretária Executiva) _____
531 Maria do Socorro Cardoso Nogueira Moreira (Assessora Técnica) _____
532 Kaio Stênio Targino Silveira (Apoio e Digitador) _____